

# A ‘NOVA HISTÓRIA CULTURAL’: QUESTÕES E DEBATES

Diogo da Silva Roiz<sup>1</sup>

**Resenha:** PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 132p.

A História Cultural se tornou um sucesso de vendas no mercado editorial. As possibilidades de pesquisa neste campo parecem ser infundáveis. Tudo que tem história, ou antes, laços simbólicos integrados num conjunto de códigos a que se chama de “cultura”, está passível de ser investigado pela História Cultural. Enquanto ocorre a diminuição, ou mesmo, a alteração das linhas de pesquisa de programas de História Social e de História Econômica no país, nunca foi tão grande o número de programas abertos, ou que já estavam em funcionamento, centrando-se na História Cultural. O mesmo tem acontecido com as pesquisas, que nos últimos decênios, segundo algumas estimativas, estão concentradas na História Cultural, perfazendo cerca de 80% de tudo o que tem sido produzido nas universidades brasileiras. Não se reduzindo apenas ao Brasil, a História Cultural se tornou um fenômeno (de publicações, pesquisas e leitores) no mundo inteiro. No entanto, a cultura parece ser hoje tão polissêmica a ponto de inviabilizar uma definição adequada do termo. Para muitos autores, principalmente marxistas, a História Cultural não passa de um rótulo opaco e sem significado consistente; e ainda, não tem consistência teórica, nem procedimentos de pesquisa apurados. O que implica nos questionarmos: o que é a História Cultural? Quais as suas principais

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de História nos cursos de História e de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

características? Quais as suas principais contribuições à pesquisa histórica?

Num ensaio muito bem escrito, voltado principalmente para os iniciantes, Sandra Pesavento, ao longo dos oito pequenos capítulos de seu livro, preocupou-se justamente em refletir tais indagações. Como uma típica representante brasileira que estuda, pesquisa e pratica a História Cultural, neste texto, ela avalia as possibilidades que foram abertas pela História Cultural, mas sem com isso deixar de mostrar também seus limites. Para ela, a virada nos estudos históricos produzida pela História Cultural pode ser situada à “mudança nos anos 1970 ou mesmo um pouco antes, com a crise de maio de 1968, com a guerra do Vietnã, a ascensão do feminismo, o surgimento da *New Left*, em termos de cultura, ou mesmo a derrocada dos sonhos de paz no mundo pós-guerra. Foi quando então se insinuou a hoje tão comentada crise dos paradigmas explicativos da realidade, ocasionando rupturas epistemológicas profundas que puseram em xeque os marcos conceituais dominantes na História” (PESAVENTO, 2005, p. 8). De acordo com ela, as duas principais posições interpretativas da História criticadas foram o marxismo e o movimento dos *Annales*, muito embora parte das inovações, para as quais derivam a Nova História Cultural, foram produzidas justamente no interior do marxismo inglês e no movimento dos *Annales*, na França.

Com isso, a autora fez uma verdadeira arqueologia da História Cultural identificando seus precursores e suas (re)descobertas. De Jules Michelet, Jacob Burckhardt, Wilhelm Dilthey a Walter Benjamin, Ernst H. Gombrich, Erwin Panofsky, Paul Ricoeur, Roland Barthes, Michel Foucault, Paul Veyne, Michel de Certeau e Hayden White muitas mudanças foram ocorrendo nas pesquisas, nos procedimentos e nas abordagens dos estudos históricos, o que, aliás, repercutiu num verdadeiro debate entre ‘modernos’ e ‘pós-modernos’.

As principais mudanças epistemológicas decorrentes da História Cultural estiveram ligadas à reorientação da postura do historiador, a partir dos conceitos de: representação, imaginário, narrativa, ficção e sensibilidades. Para ela as representações “construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coerciva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade” (PESAVENTO, 2005, p. 39). Embora o conceito já houvesse sido pensado por Émile Durkheim e por Marcel Mauss, no início do

século XX, o seu grande divulgador na História Cultural foi Roger Chartier, em sua obra “A história cultural: entre práticas e representações”. De acordo com ela: “pode-se dizer que a proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo” (PESAVENTO, 2005, p. 42).

Por outro lado, entende-se “por imaginário um sistema de idéias e imagens de representações coletivas que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo” (PESAVENTO, 2005, p. 43), tal como o definiu Bronislaw Baczko, em termos históricos, e Cornelius Castoriadis, em termos filosóficos. No campo dos estudos históricos, ressalta a autora, foi Jacques Le Goff um dos grandes divulgadores desse conceito, até como forma de suavizar as críticas então recebidas pela “História das Mentalidades”. Já a “classificação da História como uma narrativa ou discurso sobre o real, por óbvia que possa hoje parecer, já foi utilizada no sentido pejorativo, para designar o relato de um conteúdo organizado em ordem seqüencial, cronológica de acontecimentos de forma descritiva e não-analítica, carente de um pressuposto teórico que possibilitasse a interpretação” (PESAVENTO, 2005, p. 48), como observaram Lawrence Stone, Paul Ricoeur, Paul Veyne (e mesmo Eric Hobsbawm).

Mas no campo da História Cultural, o historiador sabe que a sua narrativa pode relatar o que ocorreu um dia, mas que esse mesmo fato pode ser objeto de múltiplas versões. A rigor, ele deve ter em mente que a verdade deve comparecer no seu trabalho de escrita da História como um horizonte a alcançar, mesmo sabendo que ele não será jamais constituído por uma verdade única ou absoluta. O mais certo seria afirmar que a História estabelece regimes de verdade, e não certezas absolutas (PESAVENTO, 2005, p. 51).

Pautando-se na argumentação de Hans Robert Jauss, diz que a “História inventa o mundo, dentro de um horizonte de aproximação com a realidade, e a distância temporal entre a escritura da história e o objeto da narrativa potencializa essa ficção” (PESAVENTO, 2005, p. 53), como demonstraram os trabalhos de Natalie Zemon Davis. No entanto, “História e Literatura são formas de dar a conhecer o mundo, mas só a História tem a pretensão de chegar ao real acontecido” alerta Paul Ricoeur, uma vez que “a expectativa do historiador – e por certo do leitor de um texto de História – é de encontrar nele algo de verdade

sobre o passado. O discurso histórico, portanto, mesmo operando pela verossimilhança e não pela veracidade, produz um efeito de verdade: é uma narrativa que se propõe como verídica e mesmo se substitui ao passado, tomando o seu lugar. Nesse aspecto, o discurso histórico chega a atingir um efeito de real” (PESAVENTO, 2005, p. 55). Com isso, ao fazer essa exposição, a autora resume os argumentos de vários autores, tais como os de Reinhart Koselleck, Krystof Pomian e François Hartog.

Já as sensibilidades seriam “as formas pelas quais indivíduos e grupos se dão a perceber, comparecendo como um reduto de tradução da realidade por meio das emoções e dos sentidos. Nessa medida, as sensibilidades não só comparecem no cerne do processo de representação do mundo, como correspondem, para o historiador da cultura, àquele objeto a capturar no passado, à própria energia da vida” (PESAVENTO, 2005, p. 57). Desse modo, “*representação e imaginário*, o retorno da *narrativa*, a entrada em cena da *ficção* e a idéia das *sensibilidades* levam os historiadores a repensar não só as possibilidades de acesso ao passado, na reconfiguração de uma temporalidade, como colocam em evidência a *escrita* da história e a *leitura* dos textos” (PESAVENTO, 2005, p. 59).

De acordo com ela a questão do método é um ponto importante na História Cultural, ainda mais por que: a) “permite fazer da História uma ficção controlada (...) pelos indícios arrolados que se substituem ao referente, como sua representação, pois o acontecido não pode comparecer para testar e comprovar”; b) “a História, como ficção controlada, se presta à testagem, à comprovação, mesmo que a experiência passada não seja mais capaz de ser reproduzida”; c) “a História é ficção controlada pelo recurso ao extratexto, que é também registro e marca que revelam a exemplaridade do método seguido, a compor, estabelecer analogias, contrastar, superpor, anunciando nexos” (PESAVENTO, 2005, p. 67).

O que mais tem dado visibilidade a História Cultural, no entanto, é “a renovação das correntes da história e dos campos de pesquisa, multiplicando o universo temático e os objetos, bem como a utilização de uma multiplicidade de novas fontes” (PESAVENTO, 2005, p. 69). Entre as novas correntes, segundo ela, estariam: a) “aquela do *texto*, pensando a *escrita* e a *leitura*”; b) “a da *micro-história*” que “busca traduzir o empírico em sensibilidades, na tentativa de resgatar a experiência do vivido, indo do *tempo curto* dos dados de arquivo ao *tempo macro* de uma época dada do passado” (PESAVENTO, 2005, p. 75); c) “aquela relativa a uma releitura do político pelo cultural”. De

acordo com ela, tais “correntes se traduzem em *campos temáticos de pesquisa*, em torno dos quais se agregam os trabalhos de investigação”, em que: 1) um deles seria o das *ciudades*; 2) “outro campo de investigação que se apresenta de forma expressiva no âmbito da História Cultural diz respeito às relações entre a *História* e a *Literatura*” (PESAVENTO, 2005, p. 80); 3) “as *identidades* são, pelo seu lado, um outro campo de pesquisa para a História Cultural. Enquanto representação social, a identidade é uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da idéia de pertencimento. A identidade é uma construção imaginária que produz a coesão social, permitindo a identificação da parte com o todo, do indivíduo frente a uma coletividade, e se estabelece à diferença (...) é relacional, pois ela se constitui a partir da identificação de uma alteridade. Frente ao eu ou ao nós do pertencimento se coloca a estrangeiridade do outro” (PESAVENTO, 2005, p. 89-90); 4) e, por fim, a história do tempo presente.

A História Cultural é, nesse sentido, um movimento internacional, e não tipicamente francês, como muitas vezes se presume. Com a abertura de áreas e campos de pesquisa proporcionados pela História Cultural, ocorreu uma verdadeira quebra das fronteiras, sejam as de pesquisa, sejam mesmo as que definiam as áreas do conhecimento.

Dentre os principais contatos que foram intensificados pela História Cultural está: a) o da História com a Antropologia, por intermédio do conceito de cultura; b) da História com a Literatura, por intermédio da discussão das fronteiras do texto histórico e do texto literário; c) da História com a Arte, a partir dos debates sobre as imagens; d) e o da História com a Arquitetura (ou ao Urbanismo), pela identificação com o tema da cidade, suas imagens e representações (literárias e pictóricas).

Mas por outro lado, o sucesso acadêmico, e mesmo no plano da mídia, alcançado pela História Cultural, não deve obscurecer certos riscos na análise, na abordagem e nos problemas levantados pelo historiador ao praticá-la. Entre eles, a autora destaca: 1) “o historiador, enquanto produtor de um texto, e também o público leitor, consumidor de História, devem assumir a dúvida como um princípio de conhecimento do mundo”; 2) “um outro aspecto a ser discutido como desafio para o historiador é esta espécie de nostalgia da totalidade ou dos modelos globais, que se sintetizaram em um texto harmônico e compreensível, em uma explicação acabada”; 3) “um outro desafio é aquele trazido pela incorporação da subjetividade no trabalho do historiador. Primeiro, o desafio dá-se pela consciência da própria

subjetividade do historiador, com sua intuição, sua individualidade, sua trajetória de vida e sua inserção no mundo acadêmico e social. Depois, quando se leva em conta a subjetividade dos atores a resgatar no passado. Uma das características da História Cultural foi trazer à tona o indivíduo, como sujeito da História, recompondo histórias de vida, particularmente daqueles egressos das camadas populares” (PESAVENTO, 2005, p. 118).

Portanto, a leitura deste livro permite ao leitor avaliar as contribuições e as limitações da (Nova) História Cultural para o trabalho dos historiadores, na investigação dos canteiros do passado e na elaboração de seus procedimentos de pesquisa. Um ponto ainda marcante em nossa historiografia, principalmente no que diz respeito à produção de balanços, é a escassa discussão com outros autores. Coisa que não foi diferente a este trabalho, ainda que sua discussão tenha sido pertinente e profunda em muitos pontos. Surpreendendo, por exemplo, que a autora não tenha comparado sua discussão, com os trabalhos de Francisco José Calazans Falcon, em seu livro “História Cultural” (publicado em 2002), e de Peter Burke, em seu livro “Variedades de história cultural” (traduzido em 2000), que contribuiriam diretamente em vários pontos de seu argumento. Pode-se, evidentemente, discordar de parte de seus argumentos, ao defenderem a História Cultural, aproximando a História da Literatura, e indicar que o discurso histórico é um tipo (embora específico) de ‘ficção controlada’ - mesmo considerando que ela procure relativizar adequadamente cada um desses pontos, demarcando seus limites e seu alcance. Contudo, isso não tira os méritos do trabalho, que, de fato, como dito acima, é uma excelente apresentação, principalmente para o iniciante, do que é a História Cultural, quais suas principais características, estudos e abordagens.

Diogo da Silva Roiz  
E-mail: diogosr@yahoo.com.br

Artigo recebido em abril/2008.  
Aprovado em junho/2008.